

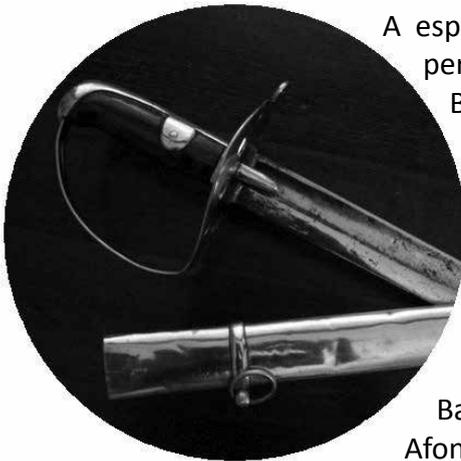
BREVE HISTÓRIA DE UMA ESPADA

Cesar Pires Machado

*‘Ao visitarmos um museu, invade-nos a energia
que emana de cada relíquia histórica.
Essa energia vem da história que o objeto encerra.
Conhecê-la é entender a origem de tais eflúvios’*

Partindo da oralidade

Este texto é resultado de pesquisa que procurou recompor o trajeto de uma espada; história singela como muitas outras que repousam em acervos históricos.



A espada que se vê nessas fotografias pertence a um descendente de João Batista Simões Pires, fazendeiro e prefeito de São Sepé na década de 1950. O atual proprietário, que gostaria de conhecer melhor o passado da relíquia, sabe apenas que ela teria pertencido a alguém que era referido como Vovô Candié, e que antes de João Batista ela pertencera ao pai deste, Afonso Simões Pires.

Observou-se inicialmente que dentre os ancestrais de João Batista e Afonso não se encontra alguém com nome ou sobrenome Candié (10).

Um testamento, parcialmente transcrito mais adiante, efetuado por Joaquim José Rodrigues Candié e sua esposa, mostra que Afonso

so Simões Pires era afilhado e único herdeiro desses testadores (6).

Fragmentos biográficos de Candié recompõem um pouco da história dessa espada.

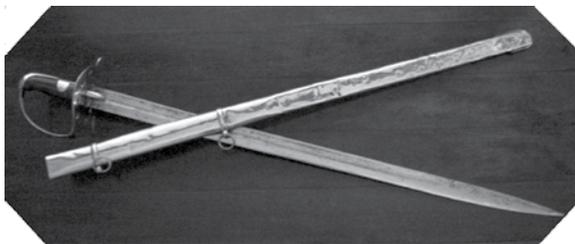
Não se encontrou documento que informe exatamente quando Candié passou a usá-la. É possível que tenha sido a partir da Revolução Farroupilha da qual ele participou (2).

Candié

Joaquim José Rodrigues Candié era filho de Serafim Rodrigues Candié e de Maria Antônia da Silva Candié. Nasceu por volta de 1823. Informou ser natural de Cachoeira do Sul (6). Isso não significa que tenha nascido fora do atual território sepeense, mesmo porque toda a área original do Município de São Sepé pertencia a Cachoeira do Sul até o ano de 1834, quando passou a integrar o Município de Caçapava do Sul até 1876.

Candié casou na igreja matriz de Cachoeira do Sul com Zeferina Ferreira de Castro, filha natural de Francisco Ferreira dos Santos Neto, Chico Mineiro. Zeferina, cuja mãe chamava-se Paula, nasceu em Alegrete, onde foi batizada em 13.10.1824 (6).

Chico Mineiro viera de Minas Gerais para o Rio Grande do Sul, juntamente com



seu tio e cunhado, José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros. Este, nomeado pela coroa, foi o primeiro Diretor Mineiro da Província na qual inaugurou a exploração aurífera oficial. Chico Mineiro foi proprietário de uma sesmaria, com três léguas de campos, nos limites da confluência dos rios Uruguai e Guarapuitã, território que pertencia a Alegrete e, depois, a Uruguiana. Nessa localidade, homenageia-lhe um riacho

denominado Arroio do Mineiro. Em 1829, adquiriu, juntamente com o tio, 2,5 léguas de campos que integravam a Sesmaria de São Sepé. Dessa sesmaria, só não comprou meia légua de campos que foi adquirida por Joaquim Carlos de Bragança Fraga, área em parte da qual foi fundada a Capela de São Sepé. Casou com Maria Francisca Ferreira Neves, irmã de José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo. Esta, após viubar, adquiriu a outra metade da área da fazenda de São Sepé que pertencia ao tio de seu marido, que já havia retornado para Minas Gerais (1, 5, 9 e 13).

Uma das filhas de Chico Mineiro e de Chiquinha das Neves era Maria do Carmo Ferreira Pires, esposa de Manoel Veríssimo Simões Pires, pai de Afonso Simões Pires (10).

Desse modo, observamos que a esposa de Candié, era meia-irmã da esposa de Manoel Veríssimo, logo, era tia de Afonso Simões Pires. Candié, concunhado de Veríssimo, e sua mulher tornaram-se os padrinhos de Afonso Simões Pires (6).

Em dezembro de 1848, a mando do Presidente da Província e Comandante das Armas, Soares d'Andrea, o agrimensor e ex-tenente alemão Johann Martin Buff iniciou o projeto da Capela de São Sepé, que consistia nos traçados de ruas e praças, além da localização do templo e de outros prédios públicos. Nesse projeto, concluído em janeiro de 1849, Buff descreve a localização de quinze moradores que já estavam estabelecidos na área da capela, e que seriam os quinze primeiros habitantes da então futura Vila de São Sepé. Candié era um desses quinze. Seu terreno e morada estavam localizados na esquina sudoeste formada pelas atuais ruas Plácido Chiquití e Percival Brenner, onde décadas depois foi construída a velha prefeitura municipal e onde também se encontra a atual prefeitura daquele município. Nesse local, Candié residiu até 1855, quando então se mudou para chácara que herdara do sogro, a qual fazia divisa, pelo Lajeado do Moinho, com a então sede da freguesia (6, 9).

Arma de guerra

Candié participou de algumas guerras, como muitos gaúchos de seu tempo. Registros da Guarda Nacional subscritos pelo Barão do Cambaí informam que foi tenente nas forças farroupilhas (2). Permaneceu com esse posto naquela corporação militar.



Em 20.08.1850, foi promovido a capitão. Nesse mesmo dia, seu conterrâneo, Chananeco, que seria coronel famoso na Guerra do Paraguai, foi promovido a tenente. Integrava o exército que estava sendo organizado por Caxias e que invadiu o Uruguai, atacando as forças de Oribe e os argentinos de Rosas que apoiavam os oribistas. Nessa campanha, Candié integrava o corpo de cavalaria do qual também participavam João Rodrigues Machado, Fidêncio Saldanha, José Antônio da Motta e Silva, Chananeco, Vicente de Paula Simões Pires e

diversos outros do então distrito caçapavano de São João (8).

Pelo Decreto Imperial de 14.03.1852, Candié foi condecorado com medalha de prata da Campanha do Uruguai. Participou do Exército de Observação em 1858 (2 e 8).

No início da década de 1860, Candié ainda integrava o 25º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, com sede em Caçapava do Sul. Em 1864, integrou as forças de defesa das fronteiras gaúchas, enquanto o Exército de João Propício Mena Barreto, depois de Osório, invadia o Uruguai (7, 8). Participava da Segunda Divisão, comandada pelo Barão de Jacuí, famoso Moringue, na Segunda Brigada, sob o comando do Coronel Lucas de Lima. Desse modo, passou a integrar o Exército de Reserva, organizado pelo então Barão de Porto Alegre, após a rendição dos paraguaios em Uruguaiana. Esse exército invadiu o Paraguai em setembro de 1866 com a designação de 2º Corpo de Exército Brasileiro (7, 8).

Tasso Fragoso, em sua obra História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (p. 133, v.III), descrevendo a 3ª Divisão do 2º Corpo de Exército, mostra a composição da 6ª Brigada, comandada pelo Tenente Coronel Vasco Alves, conhecido personagem da história rio-grandense. Nessa descrição das forças aliadas que atacariam Curupaití, sob o comando do Generalíssimo Bartolomé Mitre, Presidente da Argentina, podemos observar que o Major Candié era o comandante do 10º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional. Como se vê, tratava-se na ocasião de cavalaria a pé (7).

No espaço de aproximadamente um mês após a invasão do território paraguaio, os aliados perderam cem mil cavalos por inanição. As circunstâncias nesse tocante diferiam muito das guerras pampianas onde os largos horizontes permitiam a manutenção dos eqüinos. Esse problema só foi solucionado quando Caxias assumiu o comando do Exército Brasileiro (8).

Embora Candié fosse um oficial de cavalaria, sua espada longa não era a típica dessa arma do exército. Esta era mais curta, conhecida como sabre.

Logo que entrou no território paraguaio, Candié participou da tomada de Curuzu, onde morreram oitocentos companheiros seus. A seguir, participou da Batalha de Curupaití, o maior revés sofrido pelos aliados naquela guerra, ocasião em que viu perecerem mais de mil e oitocentos companheiros (7, 8).

Além destas duas divisões, Pôrto Alegre dispunha mais de uma terceira (Coronel Lucas de Lima), formada de corpos de cavalaria a pé e assim constituída:

6.ª Brigada (Tenente-Coronel Vasco Alves).	}	4.º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional (Major Manuel de Oliveira Aires).
		5.º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional (Major Gomes de Carvalho).
		10.º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional (Major Joaquim Rodrigues Candié).

Após Curupaití, já sob o comando de Caxias, e depois do Conde

d'Eu, Candié participou de muitos combates e batalhas que se desenvolveram em mais de três anos de terrível guerra, em diversas localidades do Paraguai.

Não estava incluído entre as dezenas de milhares de gaúchos que não voltaram daquela guerra, tida como o mais sangrento dos conflitos internacionais já ocorridos nas Américas. Voltou com sua espada que ajudou a mudar profundamente a história de quatro nações.

O desinteresse pela história, ou a facciosa manipulação da memória coletiva estabelecem por vezes lamentáveis injustiças. Naquela ocasião, Candié comandava praças que são nomes de ruas na cidade onde foi um dos primeiros moradores, mas que nunca prestou uma homenagem sequer à sua memória.

Pós-guerras

Após a Guerra do Paraguai, Candié ligou-se novamente ao 25º Corpo de Cavalaria, com sede em Caçapava e do qual participava a Companhia do Distrito de São João, território original de São Sepé. Quando o comandante desse corpo, Cel. Manoel de Oliveira Bueno, integrava as forças de ocupação no Paraguai, em 1872, Candié assumiu interinamente o comando daquele corpo, passando-o depois para José Antônio da Motta e Silva (3).

Exerceu ainda atividades de comerciante, criador, juiz de paz e advogado provisionado.

Após o falecimento do Coronel Vasco Antonio da Fontoura Chananeco, Candié assumiu a condição de advogado da família de seu antigo companheiro, no processo de inventário, substituindo José Pinheiro de Ulhoa Cintra, ex-ministro farroupilha. Foi marcante o desempenho de Candié nesse processo, que teve profunda repercussão na história do município. Pode-se dizer que a atuação de Candié nesse inventário muito ajudou a evitar que a viúva de Chananeco e três filhos

pequenos ficassem na miséria, ante a sanha de credores (8).

As participações em guerras proporcionaram-lhe inesquecíveis convívios.

Basta lembrar que, durante a Guerra do Paraguai, Candié era major, mesma patente de Deodoro da Fonseca. Floriano Peixoto era de patente inferior.

O Major Candié viveu tempo suficiente para entender que des- ses seus antigos companheiros, um proclamou a República e, desiludi- do, não a sustentou. O outro a impôs pela violência e o terror.

Talvez pela importante experiência e visão muito peculiar, Can- dié tinha profunda repulsa à ostentação e à desmedida auto-estima, como adiante se verá. Foi importante entre os seus, sem deixar de ser simples.

Últimos tempos

Em 06 de junho de 1884, Candié e sua esposa fizeram testa- mento conjunto (6).

Observa-se no documento a contrariedade ante a pompa de solenidades fúnebres:

“...queremos ser sepultados pela forma seguinte:

um simples caixão, coberto de fazenda de lã preta, da mais barata que houver no lugar, forrado por dentro de chi- ta preta, sem galão algum ou taxas que pareçam ser de ouro ou prata. Que nosso corpo seja conduzido até a Igreja dentro de um carro fechado, sendo este o mais inferior possível. Que da Igreja sejamos levados ao ultimo jazigo por seis pobres da- queles que mais mendigarem o pão-diário, aos quais cada um deles o nosso testamenteiro dará uma esmola que parecer-lhe

justa. Que não haja no nosso funeral mais do que os sinais ou toques fúnebres recomendados pelo rito da Igreja; e somente uma encomendação rezada. Queremos mais, que no dia subsequente a nosso enterro se diga uma missa por nossa alma, porque cremos firmemente no grande sacrifício que encerra o ato de celebração da missa. E ordenamos que se evite a cerimônia da missa do sétimo dia porque a consideramos uma sena ilusória de pompa e ostentação, que dá lugar a comentários impróprios a um ato lúgubre e melancólico como a missa a que nos referimos.

Instituímos nossos herdeiros universais um do outro com a condição expressa que: a chácara de nossa propriedade, sita no 1º distrito desta Villa, onde residimos desde o ano de 1855 até a presente data, suas benfeitorias e campo que contém será intransferível pelo cônjuge sobrevivente; porque, por nossa morte ficará pertencendo ao nosso sobrinho e afilhado Affonso Simões Pires, filho legítimo do Ten. Cel. Manoel Veríssimo Simões Pires e sua mulher D. Maria do Carmo Ferreira Pires, já falecida, e que por nossa morte será ele nosso universal herdeiro. Rogamos ao nosso compadre Ten. Cel. Manoel Veríssimo Simões Pires queira nos fazer a obra pia de ser nosso testamenteiro...”

Embora disposições testamentárias que prescrevem sobriedade em solenidades fúnebres e preocupações com desvalidos não fossem raras, esse testamento de Candié, relativamente às exéquias, lembra de certa forma o do Almirante Tamandaré, como se observa nos seguintes trechos produzidos pelo Patrono da Marinha Brasileira (11):

Exijo que meu corpo seja vestido somente com camisa, ceroula e coberto com lençol, metido em um caixão forrado de baeta...

Exijo que não se façam anúncios e nem convites para o enterro de meus restos mortais, que desejo sejam con-

duzidos de casa ao carro e deste à cova por meus irmãos em Jesus Cristo que hajam obtido o fórum de cidadãos pela Lei de 13 de Maio. Isso prescrevo como prova de consideração a essa classe de cidadãos em reparação a falta de atenção que com eles se teve pelo que sofreram durante o estado de escravidão,...

Exijo mais, que meu corpo seja conduzido em carrocinha de última classe, enterrado em sepultura rasa até poder ser exumado, e meus ossos colocados com os de meus pais,...

Teria Candié se inspirado nesse testamento de Tamandaré para fazer o seu?

Não. O de Candié é anterior, é de 1884. O de Tamandaré foi feito em 1893 (12).

Em registros e homenagens oficiais que são prestadas a Tamandaré, porém, é omitida a parte inicial do testamento, possivelmente por influência de algum jacobinismo republicano. Como vemos a seguir, a parte inicial e oficialmente omitida aponta também contrariedade que afligia ao almirante e que teria influído na elaboração de suas disposições testamentárias (12):

Não havendo a Nação Brasileira prestado honras fúnebres de espécie alguma por ocasião do falecimento do imperador, o senhor D. Pedro II, o mais distinto filho desta terra, tanto por sua moralidade, alta posição, virtudes, ilustração, como

testamento de Tamandaré
Exijo que meu corpo seja vestido somente com camisa, calcetola e coberto com lençol, metido em um caixão forrado de baeta, tendo uma cruz na mesma fazenda, branca, e sobre ela colocada a inscrição seguinte:

Como homenagem à Marinha, minha dileta carreira, em que tive a fortuna de servir à minha pátria e prestar alguns serviços à humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva:

Aqui jaz o velho marinheiro”

pela dedicação no constante empenho ao serviço da Pátria durante quase 50 anos que presidiu a direção do Estado, creio que a nenhum homem de seu tempo se poderá prestar honras de tal natureza,

sem que se repute ser isso um sarcasmo cuspidor sobre os restos mortais de tal indivíduo pelo pouco valor dele em relação ao elevadíssimo merecimento do grande imperador.

Não quero pois, que por minha morte se me prestem honras militares, tanto em casa como em acompanhamento para a sepultura.

Também o Memorial do Rio Grande do Sul, em um painel, exposto no ano de 2007 (200 anos do nascimento de Tamandaré), apresentou o testamento de Tamandaré omitindo a referida parte inicial, como se observa nas figuras anteriores (4).

É possível que o dono dessa espada, a exemplo de Tamandaré, com quem convergia em algumas concepções maragatas do final do Séc. XIX, e a quem provavelmente conheceu, também tenha tido desencantos semelhantes.

Candié, já viúvo, faleceu em 02 de setembro de 1895.

No modesto monte-mor do inventário, autuado em 10.02.1896, aparece como bens: *cama, mesa, armário, revólver e diversos livros de direito*. Como bens de raiz consta: *uma e meia quadra de sesmaria nos subúrbios da Villa e uma casa de material em mau estado com cercados e arvoredo*.



Pelo visto, Candié entregara sua espada a Afonso (fotografia ao lado), antes de morrer, provavelmente para que este a usasse na Revolução Federalista na qual teve alguma participação.

Já velho, Candié se defenderia melhor com o revólver que o acompanhou até o fim. Encontrou a paz definitiva nove dias depois do

término da Revolução de 1893.

Referências

- 1- A família Monteiro de Barros. Disponível em <<http://fammonteiro-debarros.com.sapo.pt>> Acesso em 24.11.2011
- 2- AHRS - Guarda Nacional, Maço 68.
- 3- _____ Guarda Nacional, Maço 101.
- 4- _____ Testamento de Tamandaré - Painel expositivo.
- 5- APERGS – Inventários, Cartório de órfãos e ausentes, São Sepé, 1856,A 6, M 1.
- 6- _____ Inventários, Provedoria, São Sepé, 1896,N11, M1.
- 7- FRAGOSO, Augusto Tasso.*História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*.2.ed.Rio de Janeiro:BIBLIEX,1956-1960.5v.
- 8- MACHADO, Cesar Pires.*Chananeço-da lenda para a história*.Porto Alegre: Já Editores,2008.
- 9- _____ *Sepé Tiaraju a São Sepé*.Porto Alegre:EST,2006.
- 10- _____ *Simões Pires - um quarto de milênio*. Porto Alegre: Edigal, 2008.
- 11- Testamento de Tamandaré. Disponível em <http://www.mar.mil.br/menu_v/patrono/testamento.htm> Acesso em 24.11.2011.
- 12- Testamento de Tamandaré. Disponível em <<http://arindows.blogspot.com> > Acesso em 24.11.2011.
- 13- XAVIER, Paulo. Caramuru. Disponível em <http://burato.org/gens/gn_caramuru.html> Acesso em 24.11.2011.